



PODER

Vorcaro e ex-presidente do BRB se contradizem

Ouvidos separadamente, dono do Master e Paulo Henrique Costa apresentam versões divergentes em depoimento à delegada da Polícia Federal que conduz o inquérito. Logo na sequência, foram acareados para explicar os pontos em que se desentenderam

» FABIO GRECCHI
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, entraram em contradição, ontem, no depoimento que prestaram no Supremo Tribunal Federal (STF) para esclarecer pontos da liquidação extrajudicial da instituição financeira, decretada pelo Banco Central (BC). Por causa disso, logo na sequência dos depoimentos, a delegada federal Janaína Palazzo — que pediu a prisão do banqueiro e conduziu os trabalhos — os colocou frente a frente para elucidarem as discordâncias. A acareação durou menos de uma hora.

Houve ainda uma terceira oitiva: a do diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos, na condição de testemunha. Ele recomendou o voto pela liquidação do Master à diretoria colegiada da autoridade monetária. Também partiu dele, junto com o presidente do Banco Central, Gabriel Galpólo, a iniciativa de informar o MPF sobre os indícios de fraude encontrados no banco de Vorcaro, liquidado em 18 de novembro.

Ailton, o banqueiro e o ex-presidente do BRB foram ouvidos separadamente. As sessões tiveram acompanhamento de um integrante do Ministério Público Federal (MPF) e do juiz auxiliar Carlos Vieira Von Adamek, do gabinete do ministro Dias Toffoli.

Conflito

Não foi, porém, uma sessão tranquila. No depoimento de Vorcaro, Janaína se desentendeu com Von Adamek em função de uma lista de perguntas de Toffoli, entregues pelo magistrado à delegada. Ela não aceitou e retrucou afirmando que a PF era quem conduzia a oitiva. Ele chegou a ligar para o ministro, que ordenou que as indagações fossem feitas. A situação se acalmou quando Von Adamek disse que tratavam-se de “sugestões”.

Chamou a atenção uma pergunta ao banqueiro sobre como avaliava a atuação do BC em função do tempo de reação da instituição desde o momento em que tomou conhecimento dos indícios de que o Master tinha problemas até a decretação da liquidação. A indagação estava na lista de Toffoli, mas foi feita pela delegada.

Há o temor do mercado financeiro de que venha algum tipo de intervenção na decisão do BC. Para especialistas ouvidos pelo **Correio** na condição de anonimato, a preocupação é de que uma reversão da liquidação extrajudicial do Master lance a sombra da desconfiança sobre todo o sistema financeiro.

Na tentativa de se antecipar a isso, no sábado passado, quatro

Reprodução



Vorcaro foi o primeiro a depor sobre as inconsistências que levaram à liquidação do Master

Ed Alves/CB/D.A Press



PHC foi ouvido logo depois. Divergência colocou-o diante do banqueiro em breve acareação

O que é o Fundo Garantidor de Crédito

O FGC funciona como uma espécie de “seguro” para o dinheiro do correntista no banco. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida pelas próprias instituições financeiras para garantir a estabilidade do sistema e proteger os pequenos e médios investidores. Se a instituição onde você guarda ou investe seus recursos falir ou sofrer uma intervenção do Banco Central, o FGC entra em cena para ressarcir-lo, mas respeitando certos limites.

» LIMITES DE COBERTURA

Atualmente, as regras de proteção são: **R\$ 250 mil por CPF/CNPJ e por instituição** — Se você tiver dinheiro em dois bancos diferentes que falirem, você pode receber até R\$ 250 mil de cada.

Teto global de R\$ 1 milhão — há um limite total de R\$ 1 milhão a cada período de quatro anos. Se você usar a garantia, esse valor “gasta” parte do seu teto global, que só se recompõe após quatro anos do pagamento.

» **Contas conjuntas** — o limite de R\$ 250 mil é dividido pelo número de titulares. Por exemplo: em uma conta com duas pessoas, a garantia é de R\$ 125 mil para cada um.

» O QUE O FGC COBRE?

Nem tudo o que você coloca no banco está protegido. A garantia vale, principalmente, para produtos de renda fixa: dinheiro em conta-corrente (saldo à vista); caderneta de poupança; CDB (Certificado de Depósito Bancário); LCI e LCA (letras de crédito imobiliário e do Agronegócio); LC (letras de câmbio); RDB (recibo de depósito bancário).

» O QUE O FGC NÃO COBRE?

Investimentos com maior risco ou que têm outras formas de segurança ficam de fora, como: Tesouro Direto (a garantia aqui é o próprio governo federal), fundos de investimento (o patrimônio do fundo é separado do patrimônio do banco), ações e debêntures (são ativos de renda variável ou crédito privado puro) e previdência privada (tem regras próprias de seguridade).

entidades que representam bancos, financeiras e fintechs divulgaram nota conjunta em defesa da atuação do BC pela liquidação. Assinaram a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Nacional das Instituições de Crédito (Acrefi) e a Zetta (que representa empresas do setor financeiro e de meios de pagamento). Juntas, representam mais de 100 instituições, cerca de 90% do setor financeiro e 98% dos ativos do sistema. O documento pede a preservação da autoridade técnica e da independência institucional do BC no episódio. “(O Banco Central exerce esse papel com) supervisão bancária atenta e independente, de forma exclusivamente técnica, prudente e vigilante”.

Na segunda-feira, foi a vez de a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) sair em defesa do BC, frisando a “autoridade técnica e o pleno e autônomo exercício das funções do Banco Central, (...) condição indispensável para a manutenção da estabilidade, credibilidade, confiança, higidez e bom funcionamento do sistema financeiro nacional”. A entidade congrega 35 instituições financeiras, entre bancos públicos federais, subnacionais, agências de fomento, cooperativas de crédito, Finep e Sebrae.

A preocupação sobre uma

eventual reversão da liquidação do Master não vem apenas do STF, mas, também, do Tribunal de Contas da União. A posição da autoridade monetária foi anexada a um despacho movido pelo ministro Jhonatan de Jesus, do TCU, que questionava os motivos da decisão do BC. A resposta — assinada pelo diretor Ailton e por Renato Brito Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, cujo mandato no BC termina hoje — será analisada por um departamento técnico da Corte e, somente depois, entregue para análise de Jhonatan. O TCU, porém, está em recesso e não há data para uma decisão.

O processo, que também corre em sigilo na Corte de contas, repercute uma representação formulada pelo MPF junto ao TCU para investigar possíveis falhas na supervisão do BC sobre o Master e suas empresas controladas. Segundo o despacho, o processo de liquidação extrajudicial da instituição pode ter apresentado falhas em uma possível omissão ou demora da autoridade monetária em reagir a sinais de degradação financeira do banco.

Vários alertas

Conforme mostram registros do Fundo Garantidor de Crédito (**saiba como funciona no quadro**),

há vários alertas do mercado financeiro sobre os problemas de liquidez do banco de Vorcaro. Desde junho passado, o Master parou de fazer os depósitos compulsórios para o caixa do BC e pediu ao FGC a abertura de linhas de crédito — considerados indícios fortes de problemas de liquidez. Inclusive, no site do Fundo Garantidor, duas instituições ligadas a Vorcaro, o Master e o Master de Investimento, aparecem como instituições com pagamento “em andamento” no ressarcimento de clientes.

O depoimento de Vorcaro durou cerca de 2h30. O seguinte foi o do ex-presidente do BRB, que durou aproximadamente 2h. Por último ficou o diretor do BC, que deu explicações em pouco mais de uma hora.

A investigação do Master foi enviada ao Supremo por causa da apreensão com Vorcaro de um documento que citava o deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA). Tratava-se de uma suposta promessa de compra e venda de um empreendimento imobiliário, em Porto Seguro (BA). O parlamentar afirmou que o papel era uma opção de compra dada ao banqueiro, que teria interesse no negócio. Mas a transação não teria se concretizado devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Master.

PGR analisa nova representação contra ministro

» DANANDRA ROCHA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) passou a analisar uma nova representação que pede a apuração da conduta do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no episódio envolvendo o Banco Master. A iniciativa foi apresentada no domingo pelo vereador Guilherme Kilter (Novo), de Curitiba, e será examinada pela equipe do

procurador-geral Paulo Gonet.

O movimento ocorre poucos dias depois de Gonet ter decidido arquivar um pedido com teor semelhante, protocolado pelo advogado Enio Martins Murad. Na decisão, publicada no sábado, o procurador-geral afirmou não haver elementos mínimos que sustentassem a suspeita de irregularidades, classificando as acusações como baseadas em conjecturas extraídas de

reportagens jornalísticas.

Paralelamente, a pressão política ganhou força no Congresso. Um grupo de parlamentares da oposição, liderado pelo novo líder opositor ao governo, Cabo Gilberto (PL-PB), apresentou na segunda-feira um pedido de impeachment contra Moraes no Senado.

As representações e a ofensiva parlamentar foram motivadas por reportagens que trouxeram

supostos contatos do ministro com o presidente do BC, Gabriel Galpólo, para tratar da situação do Master. Segundo esses relatos, Moraes teria telefonado diversas vezes ao chefe da autoridade monetária e, também, se reunido pessoalmente com ele. O ministro confirmou os encontros, porém, negou que tenha tratado da instituição de dirigida por Daniel Vorcaro. Por meio de nota, ele frisou

que cuidou apenas dos impactos de ter sido enquadrado, junto com sua mulher, pelo governo dos Estados Unidos na Lei Magnitsky.

Para o vereador Guilherme Kilter, as informações divulgadas pela imprensa indicariam uma pressão “intensa sobre a autoridade monetária”. Já no pedido arquivado, o advogado Murad sustentava que a interlocução poderia configurar tráfico de influência ou advocacia administrativa. Ao

rejeitar a investigação, Gonet afirmou não identificar qualquer indício concreto de ilegalidade, nem na atuação do ministro junto ao BC, nem no contrato de prestação de serviços advocatícios. Segundo ele, as notícias não trouxeram “elementos concretos que corroborem a tese de intimidação” capazes de sustentar a abertura de um inquérito e esbarram, inclusive, nas limitações impostas pelo sigilo da fonte jornalística.